

**A (RE)AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE PORTUGUESA E BRASILEIRA ATRAVÉS
DAS FACHADAS DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS NO SÉCULO XIX: MEMÓRIA E
PATRIMÔNIO**

THE (RE)AFFIRMATION OF PORTUGUESE AND BRAZILIAN IDENTITY THROUGH
THE FACADES OF HISTORIC BUILDINGS IN THE 19TH CENTURY: MEMORY AND
HERITAGE

Larissa Patron Chaves
Mônica Lucas Leal de Macedo

Como citar este artigo:

CHAVES, Larissa Patron; MACEDO, Mônica Lucas Leal de. A (Re)afirmação da Identidade Portuguesa e Brasileira Através das Fachadas de Edifícios Históricos no Século XIX: memória e patrimônio. Cadernos do Lepaarq, v. XVIII, n.36, p. 157-174, Jul-Dez. 2021.

Recebido em: 31/05/2021

Aprovado em: 14/07/2021

Publicado em: 14/12/2021

ISSN 2316 8412

A (Re)afirmação da Identidade Portuguesa e Brasileira Através das Fachadas de Edifícios Históricos no Século XIX: memória e patrimônio

The (Re)affirmation of Portuguese and Brazilian Identity Through the Facades of Historic Buildings in the 19th century: memory and heritage

Larissa Patron Chaves^a

Mônica Lucas Leal de Macedo^b

Resumo:

O trabalho pretende analisar as fachadas de edificações construídas pela comunidade portuguesa no Brasil e retornada para Portugal, correspondentes a casas residenciais e ou de Instituições hospitalares, sua apresentação perante as comunidades locais, como edificações de origem lusa e brasileira. É apresentada a possibilidade de estabelecer relações entre as imagens produzidas pelas Instituições e as suas aplicabilidades, e pelas residências privadas e seus proprietários. A partir delas, emergem representações e complexas relações sociais envolvendo grupos de elite, questões de identidade, memória e patrimônio no movimento à lusofonia. Como exemplares da produção simbólica que enfatiza o cruzamento de representações e identidades são apresentados os casos das *casas de brasileiros*, em Fafe- Portugal, e algumas das Sociedades Portuguesas de Beneficência, do Rio Grande do Sul.

Abstract:

The work aims to analyze the fronts of buildings constructed by the portuguese community in Brazil and given back to Portugal, belonging to residential and/or nursing homes, as buildings of both brazilian and portuguese origin. The research shows the possibility of establishing relationships between the images produced by institutions and their applicabilities, and private residences and their owners. Representations and complex social relationships emerge through them, involving elite groups, questions about identity, memory and patrimony in the movement to lusophony. The cases of the *casas de brasileiros* – brazilian houses –, in Fafe-Portugal, as well as some from *Sociedades Portuguesas de Beneficência*, in Rio Grande do Sul are shown as examples of the symbolic production which emphasizes the crossing of representations and identities.

Palavras-Chave:

Identities. Edifícios históricos. Lusofonia. *Brasileiros*.

Keywords:

Identities. Historical buildings. Lusophony. *Brazilian*.

^a Docente do PPG em História-UFPel. Graduada em Artes Visuais-UFPel. Mestre em História-PUCRS. Doutora em História-UNISINOS. Pós-doutorado em História-Universidade de Évora. Área de atuação: Arte e História. Coordena os grupos de pesquisa “Imaginária Sacra no Rio Grande do Sul”; “Identities Luso-brasileiras e Conexão de Mundos: História e Representação no Mundo Luso-brasileiro”. E-mail: larissapatron@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-1678-7007>.

^b Doutoranda do PPG em História-UFPel. Arquiteta. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural. Pesquisadora na área do patrimônio através dos grupos internacionais de pesquisa “Identities Luso-brasileiras e Conexão de Mundos: História e Representação no Mundo Luso-brasileiro”; e “Casas Senhoriais e seus Interiores: Estudos Luso-brasileiros em Arte, Memória e Patrimônio”. E-mail: monica.macedo.ni@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3449-8946>.

INTRODUÇÃO

Movimentos migratórios sempre fizeram parte da história da humanidade. Em diferentes momentos, pessoas se deslocaram e se deslocam em busca de sonhos, de oportunidades, de uma nova vida e de reconstruir espaços, motivados pela sensação do acolhimento e reconhecimento de si e de suas ações. No Brasil e em Portugal não foi diferente, sobretudo na segunda metade do século XIX, momento considerado importante para a consolidação de uma mudança social atrelada ao desenvolvimento político das nações. Esses imigrantes e emigrados, deixaram contribuições, desejosos de um retorno cá e lá, um reconhecimento desconhecido por muitos em vida. Ainda assim, pensar a história dos deslocamentos em um período pós-colonial nos motiva a considerar a pergunta: por que as pessoas migram? O que buscam como reciprocidade?

No império do Brasil, desde o século XIX, momento em que não mais fora colônia de Portugal, uma política favorável a imigração para o país fora adotada, sobretudo com relação à população advinda da Europa. A imigração subvencionada tem dois momentos marcantes na história do país: 1º) depois da vinda de Dom João VI, no início de 1808; 2º) depois da extinção do tráfico negreiro em 1850, e das posteriores e definitivas leis que extinguem a escravidão, como a do Ventre Livre, em 1871, e a Áurea, em 1888. Permeado por estes acontecimentos históricos, o tema da imigração europeia para o Brasil na segunda metade do século XIX, largamente discutido na historiografia brasileira, é tratado sob o prisma da imigração centralizada, organizada e subsidiada pelo Estado, com atenção especial à origem das colônias de alemães e italianas.

Os lusos recém chegados fazem parte da grande migração em massa que assola os países da América Latina entre os anos de 1860 e 1880. A imigração portuguesa para o Brasil pode ser encarada como um fenômeno análogo ao da imigração de outras nacionalidades como a francesa, ou a inglesa, e por isso, justificadamente, as condições de possibilidade que instigam essa população imigrante ao deslocamento são extremamente importantes enquanto fontes explicadoras do processo de desenvolvimento desse país.¹

Em Portugal, a partir de finais da década de 1850, iniciou-se a introdução do capitalismo no meio agrário, notadamente no Alentejo e no Ribatejo, formando companhias que se lançaram na

¹ Dados numéricos sobre o movimento migratório para o Brasil são registrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A estatística do porto do Rio de Janeiro mostra que aos 14 anos, decorridos de 1865 a 1878, entraram 388.459 estrangeiros que pela maior parte do país se fixaram. Nessa corrente de população entram os portugueses pelo número de 179.623, e os alemães pelo de 34.217, o que demonstra a proporcionalidade dos elementos da nova população. Ainda, desse número de estrangeiros, aproximadamente 269.971 são homens e 118.488 são mulheres. No caso português, pesquisa realizada no livro de registros de imigrantes chegados ao Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (dois Estados do Brasil), entre os anos de 1860 e 1890, mostra que a maioria dos imigrantes lusos se identifica como operários, solteiros, entre 20 e 25 anos. Portanto, é menos comum encontrar o registro de um português que emigra com a família, pois sua vinda ao país consiste na ideia de trabalhar e enriquecer para posteriormente retornar a terra Natal. No ano de 1880, entra no país um número total de 34.725 portugueses, sendo que 20 entram pelo porto de Belém; 23 pelo porto de Recife; 136 pelo porto de Salvador; 74 pelo porto de Vitória; 20.335 pelo porto do Rio de Janeiro; 9.246 pelo porto de Santos; 109 pelo porto de Paranaguá; 8 pelo porto de Florianópolis e 84 pelo porto de Porto Alegre (as principais cidades portuárias da costa brasileira, de norte a sul). Sobre essas questões ver em “Honremos a Pátria, senhores!” As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro (1854 – 1910). Tese. 2008. Universidade do vale do Rio dos Sinos.

agricultura comercial. Tal fato proporcionou, por um lado, um leve crescimento econômico, e por outro, uma forte migração populacional das zonas rurais para os centros urbanos (em decorrência da perda das pequenas propriedades rurais) ocasionando o início da sobre população.

Posteriormente, um outro fator contribuinte à emigração dos portugueses para o Brasil foi a política orçamentária do seu país. Os problemas sociais e políticos de Portugal, de 1880 a 1890, materializaram-se pelo comprometimento de 50% das receitas do Estado com a dívida pública. Nesse ponto, a perspectiva do sistema de governo baseado na doutrina liberal durante o século XIX, defendia que a emigração para as colônias era vantajosa para a economia das metrópoles. Embora o Brasil na segunda metade do século XIX não fosse mais colônia de Portugal a muitas décadas, é sob essa visão que a emigração para o país foi encorajada pelas autoridades governamentais portuguesas.

Do outro lado do Atlântico, alguns portugueses iniciam outro movimento. Enriquecidos pelo trabalho no Brasil, retornam às localidades de origem com a alcunha de “Brasileiros de torna-viagem”. Para ser reconhecido em Portugal como um *brasileiro de torna-viagem*, ou simplesmente um *brasileiro*, era preciso ter obtido sucesso em sua empreitada no Brasil, retornar endinheirado, patrocinar obras de benemerência, exibir roupas caras, joias, e imitar um comportamento social – com todo tipo de aparato simbólico relacionado ao Brasil – desde a vestimenta, o sotaque, até os trejeitos e as maneiras do brasileiro novo burguês.

Esse movimento gerou novas formas de mobilidade. O retornar a sua terra natal, reforçando o prestígio e destaque social em uma terra então desconhecida representava o sucesso alcançado na viagem e empreendimento. Reforçou o imaginário projetado no Brasil, o de mundo novo e de novas oportunidades. Sabemos que de fato, essa situação não fora uma realidade para todos. Entretanto, a produção desses migrantes – portugueses no Brasil e *brasileiros* em Portugal – foi fundamental para a compreensão de suas representações, e com elas, o patrimônio edificado que deixaram nos dois países, como identificação do sucesso e memória coletiva.

O presente trabalho destaca essa produção simbólica, atual patrimônio edificado, através de exemplares elencados em função de uma metodologia comparativa por aproximação/semelhança. Os edifícios apresentados correspondem ao mesmo escopo temporal – segunda metade do século XIX – e são produtos das relações luso brasileiras, caracterizadas pela representatividade dos sujeitos.

A REPRESENTAÇÃO DO TORNA-VIAGEM: REAFIRMANDO IDENTIDADES DO BRASIL EM PORTUGAL

“A classe hierarquicamente superior tenta impor e legitimar a sua dominação por meio de sua produção simbólica” (BOURDIEU, 1989, p. 14). É com base nessa afirmação do autor que se reconhece o apelo da representação social por meio da produção arquitetônica, que vai desde edifícios destinados a instituições públicas e privadas, até e principalmente, às casas residenciais, através dos tempos, e em diferentes contextos geopolíticos.

O artifício de se fazer representar pela aparência das moradias é usado desde o *Ancien Re-*

gime, quando a sociedade de corte se submetia à padrões rígidos de representação, fazendo da “hierarquia das casas” verdadeiro símbolo das “hierarquias sociais” (ELIAS, 2001, p. 98).

Na sociedade pautada pelo poder centralizador monárquico as casas de moradia eram usadas como artifícios para distinção social. O autor atenta para o fato de que as pessoas privilegiadas como os príncipes e os grandes, tinham a consciência de ter uma vida *society*, ou seja, “uma vida mais ou menos pública”, e assim se constituía a esfera social daquele regime, onde a classe trabalhadora ficava marginalizada e cujas “casas particulares não tinham importância assim como seus habitantes”.

Cada cidadão deveria saber o seu lugar na sociedade, e sua residência deveria ficar “dentro dos limites tradicionais impostos pela hierarquia social”. Através da casa se verificava a que “nível social” pertencia seu morador (Op. cit., 2001, P.76-77-78).

De acordo com o autor, foi pelos moldes do *Ancien Regime* que as relações sociais se desenvolveram.

No segundo quartel do século XIX, e entrada do XX os valores de representação serviam para afirmar a posição social da classe emergente – a burguesia – tanto no Novo Mundo, quanto na Europa.

As obras de arquitetura europeia produzidas a partir dos grandes centros urbanos, sobretudo na França com sua emblemática Paris, influenciaram diretamente os países americanos. No Brasil essa tendência ganhou força em meados do século XIX, e na entrada do século seguinte já eram muitos os prédios de arquitetura eclética despontando com inspiração nos edifícios europeus.

No Brasil os novos endinheirados – burguesia emergente – conquistavam mercados. A prosperidade veio na exploração da borracha no Pará, no ciclo do ouro nas Minas Gerais, nas transações comerciais dos grandes centros (TAVARES, 2017).

As casas apalaçadas, por eles erguidas, começaram a mudar os cenários urbanos desde as capitais até as regiões periféricas do país. Ao sul das américas as capitais Buenos Aires e Montevideu passaram a exibir palacetes sob a mesma influência, alastrando-se a prática às cidades vizinhas no Estado do Rio Grande Sul, desde Porto Alegre, até os centros urbanos da Região Lacustre, como Pelotas, onde as casas imponentes eram patrocinadas pelos barões do charque, passando pelas cidades da Região da Fronteira e da Campanha, atendendo aos anseios exibicionistas dos grandes latifundiários (SANTOS, 2007).

Nesse momento as cidades eram protagonizadas por um casario suntuoso rico em adornos, que afirmou e difundiu a linguagem arquitetônica do ecletismo historicista².

Os edifícios de feição eclética possuíam todo tipo de adornos nas fachadas e nos interiores, vindos das ordens classicistas. Nas paisagens urbanas se destacavam pela imponência e monumentalidade. Os porões altos adjetivavam as casas como *assobradadas* – além da funcionalidade de ven-

² A linguagem arquitetônica do ecletismo historicista foi predominante no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Caracterizou-se por seus adornos, de raízes classicistas, nas fachadas e nos interiores, cujas casas assemelhavam-se a palacetes. Sobre esse tema ver mais em: SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Ecletismo na fronteira meridional do Brasil: 1870-1931**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Área de Conservação e Restauro) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia.

tilar os assoalhos, contribuía com o equilíbrio visual dos frontispícios tripartidos horizontalmente em: soco³, corpo principal, e platibanda para arrematar o alto das edificações. No soco apreciam as gateiras, ou óculos com gradis torneados em ferro fundido e molduras estucadas, enquanto as aberturas da edificação eram encimadas por vergas e sobrevergas trabalhadas em estuque, frisos e cornijas. Eram comuns os frontões marcando a entrada principal, enfeitados por elementos igualmente estucados que iam desde o monograma do dono da casa, até os símbolos ao qual se destinava a construção, as platibandas exibiam estátuas em faiança, de musas, compoteiras, pinhas, e tantos outros elementos fitomorfos. O excessivo apelo à ornamentação do casario imponente “salientava o poder e a riqueza das elites das cidades” (SANTOS, 2014, p. 65).

A essa altura os imigrantes portugueses haviam encontrado em solo brasileiro a *arvore das patacas*⁴. Uma vez retornados as suas localidades de origem, ganharam notoriedade na sociedade lusitana ao levar o progresso citadino para esses vilarejos. “Incontestavelmente foi decisivo o seu papel no desenvolvimento do centro urbano, fazendo-se emergir de um longo marasmo que vinha da Idade Média” (COIMBRA, 2017, p.12).

Aparatos de urbanização e todo tipo de infraestrutura, possibilitaram a construção dos edifícios imponentes, que segundo Renó Machado (2005), mudaram para sempre a paisagem do norte de Portugal.

A preservação destes monumentos está diretamente associada aos conceitos de François Hartog (2013), quando atenta para o fato de que essa valorização do patrimônio denota as relações que cada sociedade tem com o seu passado, e como essa relação marca as passagens temporais.

Atualmente os exemplares dessa arquitetura singular figuram como patrimônio cultural nas cidades do Porto⁵ – onde os emigrantes retornados tiveram significativa participação devido ao fluxo comercial estabelecido com outros países, especialmente com o Brasil – e em algumas cidades das regiões Norte e Nordeste do país. A cidade de Fafe⁶, na região minhota, é conhecida como “capital da *arquitetura brasileira*” por preservar um grande conjunto arquitetônico erguido pelos *torna-viagem*. “Foram eles, que, indubitavelmente, deram o grande impulso para a modernidade de Fafe”. No forte período das migrações os habitantes dessa localidade rumaram em massa para o Brasil. Ao retornarem povoaram as ruas com edificações que exibiam ornatos “de motivos reproduzidos das Terras de Vera Cruz, dos brilhantes azulejos às típicas claraboias, passando pelas exuberantes varandas de ferro forjado ou fundido e pelas imensas janelas por onde entra a luz e saem sinais de opulência” (Op. cit., 2017, p. 12).

³ O termo “soco serve para designar a base saliente das paredes”. (CUNHA, Almir Paredes. **Dicionário das artes plásticas**: guia para estudos da história da arte. Rio de Janeiro: Rio Books, 2019). É comumente usado para referenciar a base horizontal saliente das fachadas, relativa aos porões.

⁴ Dizia-se em Portugal que o Brasil era a *Árvore das Patacas*, lugar propício a se fazer dinheiro – *patacas* – ou onde o dinheiro nascia em árvores (MOYSÉS, 2014).

⁵ No ano 2000, houve a grande exposição internacional “Os ‘Brasileiros’ de Torna-Viagem” na cidade do Porto/Portugal, onde tiveram presença marcante de meados do século XIX a entrada do XX. (José Manuel Lopes Cordeiro). Disponível em <https://www.publico.pt/2000/05/14/jornal/o-porto-e-os-brasileiros>. Acessado em 25/09/2020.

⁶ Na cidade de Fafe/Portugal está localizado o Museu da Emigração e das Comunidades que conta as façanhas dos *torna-viagem*. (COIMBRA, 2017)

Para além da modernização e do evidente progresso, as casas ao *gosto brasileiro* afirmavam a nova condição de riqueza dos retornados, funcionando como o “verdadeiro estandarte de ostentação”, e uma “representação simbólica deles mesmos” (COIMBRA, 2016, s/n). Na descrição do autor vê-se as semelhanças do tratamento arquitetônico entre os edifícios que eram erguidos, a partir da segunda metade do século XIX e entrada do XX, dos dois lados do Atlântico. Ele fala das “fachadas amplas” adornadas com monogramas, da estatuária em faiança e das claraboias como maior símbolo da “arquitetura brasileira” (Op. cit, 2017, p. 16).

Embora o Brasil tenha importado da Europa os traços da arquitetura eclética, nos pequenos concelhos portugueses parados no tempo, a nova tendência construtiva não chegou através dos seus países vizinhos, mas acabou sendo levada pelos filhos retornados de além-mar. Uma vez influenciados pela arquitetura europeia dos grandes centros, praticada com largueza no Brasil, os retornados em situação de riqueza, esbanjaram as referências ao seu país de adoção, sobretudo nas casas. A tal ponto de a notoriedade destas construções ganharem a identidade de *casas brasileiras*. (Figura 1)



Figura 1: Casa brasileira. Fafe/Portugal.
Fonte: Foto de Artur Coimbra.

Mais do que compartilhar os mesmos traçados do desenho arquitetônico, esses edifícios se fizeram repositórios de muitos signos cheios de referências brasileiras. Adotaram os avarandados⁷, passaram a exibir palmeiras tropicais em seus jardins, e as fachadas azulejadas usavam a paleta de cores nas tonalidades do verde, do amarelo e do azul, alusivas à Bandeira Nacional do Brasil “distinguindo o que foi uma *casa de brasileiro*” (MACHADO, 2005. p. 55). (Figura 2)

⁷ Segundo LEMOS (1979), as varandas e os alpendres foram recursos arquitetônicos que as construções brasileiras começaram a lançar mão, ainda no período colonial, para fazer sombra a fim de refrescar o interior das casas assoladas pelo calor dos trópicos.



Figura 2: Detalhe de fachada azulejada. Casa brasileira. Fafe/Portugal.
Fonte: Foto de Artur Coimbra.

Desse modo, as residências opulentas dos *brasileiros* em Portugal, não se igualavam nem as edificações comuns das suas pequenas vilas, nem ao casario eclético vigente nas cidades americanas, mas alcançavam linguagem própria. Enfim, se o histórico desses retornados personificou as cidades; as casas foram seus documentos identitários, ainda mais do que isso, se tornaram lugares de memória.

Apontando para o fenômeno da patrimonialização, há na sociedade contemporânea um desejo de perpetuar memórias, como se um temor assombrasse as pessoas – o fantasma da perda da identidade.

O medo de não ter referências, parece fazer de cada grupo, cada sociedade, lutadores em defesa da preservação de bens materiais e/ou imateriais capazes de fazer emergir as suas lembranças e assim perpetuar as suas memórias.

O conjunto arquitetônico de Fafe evoca memórias e dá testemunho da trajetória dos *torna-viagens*. É a valorização do passado, ou o do que sobrou dele, que ainda figura nas paisagens ou “instituições de memória – museus, arquivos, bibliotecas” –, como enfatiza Nora (2008).

Segundo o autor, dessas inquietações nasce o sentimento histórico profundo. O homem não tolera com facilidade o finito, não é agradável a consciência de si diante do signo do terminado. Se as memórias não existem mais, como reflete o autor, é preciso elencar lugares de memória.

É preciso elencar lugares de memória, para que os sujeitos não se percam de si mesmos, como atores passivos da passagem do tempo, sem referenciais.

A REPRESENTAÇÃO DE PORTUGAL NO BRASIL: OS EDIFÍCIOS DA BENEFICÊNCIA PORTUGUESA

A representação de uma identidade lusa acontece também no Brasil, movimento análogo ao dos *brasileiros* em Portugal, onde algumas instituições e agremiações de lusos estabelecem laços identitários com seus países de origem a partir de elementos da fachada de prédios, de moradia e/ou funcionais.

Este é o caso das fachadas dos edifícios das Sociedades Portuguesas de Beneficência, como instituições laicas criadas por portugueses no Brasil, sob a proteção régia portuguesa tornam-se, também, interlocutoras de poder, que só se modifica após a República Portuguesa em 1910.

A Sociedade Portuguesa de Beneficência é uma instituição hospitalar criada por imigrantes portugueses no Brasil, e no mundo colonial português, a partir da segunda metade do século XIX. Além de atender aos associados na enfermidade e na morte – objetivo principal dessas instituições – proporcionou suporte cultural⁸ e financeiro⁹ diante da omissão das autoridades governamentais brasileiras.

A mais antiga associação de Beneficência Portuguesa criada no Brasil foi a do Rio de Janeiro, em 1840, seguida por outra em Santos, em 1859. Em Pernambuco, muitas instituições de origem portuguesa foram criadas na segunda metade do século XIX, entre elas o Real Hospital Português de Beneficência para a comemoração da ascensão ao trono de D. Pedro V em Portugal, a 16 de setembro de 1855.

Como instituição privada, dependente do pagamento e de doações espontâneas advindas dos associados, as Sociedades Portuguesas de Beneficência diferem das Santas Casas de Misericórdia, fundadas também no Brasil, cujo atendimento hospitalar é direcionado para a população em geral e as despesas subvencionadas pelo Império. No entanto, em instituições de Beneficência Portuguesa, persistiram e persistem elementos que as situam sob o modelo das Misericórdias Portuguesas, criadas por Dona Leonor de Lancastre na Portugal do século XV, pois à semelhança das Misericórdias portuguesas, as Sociedades Portuguesas de Beneficência agem na circulação social da caridade tanto como um meio ético quanto como forma de perspectivar o favorecimento de determinados grupos e poderes elitários”¹⁰.

O edifício da Sociedade de Beneficência de Porto Alegre, apresenta inúmeras similaridades com o edifício-sede da sua congênere na cidade de Santos. A edificação caracterizada pelo estilo neoclássico, foi um retorno arcaizante aos estilos greco-romano e renascentista. As superfícies são

⁸ Exame realizado junto aos arquivos das Sociedades Portuguesas de Beneficência nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé mostrou que é presente na história das instituições a existência de uma Biblioteca. A doação de obras da literatura portuguesa e brasileira realizada pelos associados e pessoas das comunidades, contempla a função cultural que tais associações também pretendem cumprir.

⁹ Da mesma forma, é presente nos estatutos das instituições a ajuda às famílias de sócios falecidos, na concessão de benefícios às viúvas e órfãos na forma de mensalidades pagas.

¹⁰ Sobre essas questões ver em “Honremos a Pátria, senhores!” As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro (1854 – 1910). Tese. 2008. Universidade do vale do Rio dos Sinos.

lisas e decoradas abstratamente; os pórticos enormes derivam dos templos gregos. O formalismo é refinado e enfatiza os frontões como as principais guarnições nos edifícios, uma marca da sua imponência e sobriedade. (Figura 3)



Figura 3: Foto noturna do prédio destacando platibanda cega, corpo principal com brasão.
Fonte: Arquivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre.

De modo mais conservador, opta por uma arquitetura racionalista, sóbria e maciça. Na platibanda, que coroa o edifício, encontra-se incrustado o brasão de Portugal, escudos das armas que também foram ofertados por associados, no caso a lusa Teresa Ferreira Porto Santos, esposa do então presidente da Instituição em 1869, o sr. Antônio Francisco Pereira dos Santos.

No caso do edifício-sede da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas a construção teve sua efetivação graças a realização de muitas subscrições e donativos de associados beneméritos. O lançamento da pedra fundamental deu-se no ano de 1861, tendo a conclusão do hospital sido dada por completa em 1868. O corpo inicial do hospital da Sociedade primava pela linguagem arquitetônica do ecletismo historicista, caracterizado pela horizontalidade. A capela da Sociedade de Beneficência de Pelotas é marca da representação do ideário católico como inerente ao povo português. Nesse sentido, ela apresenta referências estilísticas sob a influência do neobarroco. (Figura 4)



Figura 4: Foto da capela da Beneficência Portuguesa de Pelotas.
Fonte: Foto de Larissa Patron Chaves.

Embora, não existam registros iconográficos do edifício da Beneficência de Pelotas, percebe-se que o mesmo brasão com as armas portuguesas se encontra no frontão da capela. Nesse caso, para além da evidência do estilo neobarroco, que pode ser visto pelas falsas colunas duplas e ornamentos que conferem movimentação à fachada, a identificação portuguesa torna-se, como em Porto Alegre, um símbolo do poder lusitano na cidade.

O edifício-sede da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande apresenta ao longo de sua história muitas modificações. A construção da primeira parte da edificação teve início no ano de 1857, quando pelo arrendamento dos prédios situados na Praça da Geribanda, números dois e quatro (atual Praça Tamandaré), foi erguida a primeira enfermaria. Após reivindicar a sua autonomia, a Sociedade de Beneficência de Rio Grande deixa de ser agência de Porto Alegre, em 1859, e nesse mesmo ano, começam as cotizações para a reforma da fachada do edifício-sede.

No entanto, foi somente no ano de 1868, que inicia-se a tão esperada reforma na fachada do prédio representativo da Instituição, que previa a sua reconstrução nos moldes do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. (Figura 5)



Figura 5: Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

Fonte: Convergência Lusíada. Revista do Real Gabinete português de Leitura. N° 14, 1997.

O edifício do Gabinete Português na capital do Império obedecia a uma arquitetura neo-manuelina, ou seja, ilustrativa de uma época áurea em Portugal, em que o próprio Dom Manuel ao imprimir nas artes e na cultura um estilo próprio português manifestava o enriquecimento da sociedade durante o século XV, consequência dos descobrimentos e da oposição aos valores medievais, marcadores da Renascença portuguesa. No Rio de Janeiro, o Gabinete Português representou, e ainda representa, o símbolo da cultura portuguesa, pois configurou-se como guardião do saber nos inúmeros livros e periódicos que abriga.

De uma forma geral, a cópia da fachada do Gabinete Português representou para a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande uma maneira de equiparar-se com aquela Instituição, como detentora do saber e da cultura lusa, na garantia de obtenção de maior respeito e confiança por parte da população na cidade, e mais do que isso, do Rei de Portugal à quem endereçavam correspondência. (Figura 6)

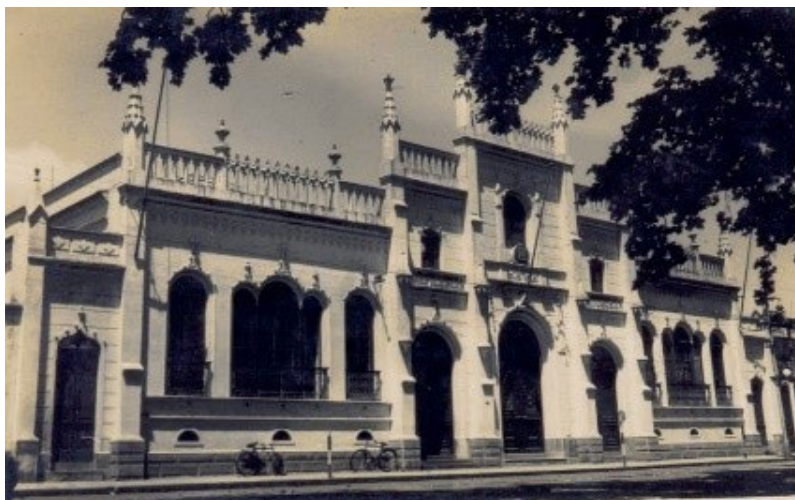


Figura 6: Fachada do prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Rio Grande (1950).
Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande.

A edificação é marcada pela linguagem neogótica, pela referência ao gótico medieval, misturado às novas técnicas de construção tão quanto o já trabalhado dentro do ecletismo. Da Antiguidade são buscadas as colunatas da Roma Imperial; da Grécia Antiga são trazidos os pórticos dóricos. Os temas alegóricos e exóticos são usados à exaustão. Este estilo foi empregado principalmente como alternativa ao neoclássico na construção de grandes igrejas. A presença do porão é comum na época. Balaustrada na platibanda e cornija logo abaixo, clássicas. Padieira em forma de cornija acima das janelas também é clássica, mas o elemento ornamental rebuscado quebra a formalidade comum ao clássico: a presença de platibanda em concreto com desenhos geométricos imitando os que eram produzidos nos gradis de ferro tão em moda, traços do *art decor*. No prédio da Beneficência Portuguesa de Rio Grande este estilo sofreu forte influência da arquitetura gótica.

Da mesma forma, percebe-se que o edifício também apresenta semelhança com o Monastério dos Jerônimos, um dos maiores monumentos exemplares da tipologia manuelina em Portugal, construído por Dom Manuel, também em 1498. Toda a referência à fachada de pedra do Monastério, sua imponência e decorativismo, já haviam sido retomados no Brasil em 1810, na construção do Real gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e de Pernambuco, sendo, nesse sentido, evocado também o aspecto de glória que há na organização estética e formal que representa esta tipologia, especificamente típica da Portugal no período do reinado de Dom Manuel.

O prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, tomado como exemplo para um estudo do modelo compositivo dos edifícios das Sociedades de Beneficências Portuguesas, conta com uma extensa fachada, que se ergue imponente na parte alta da cidade, como se fosse um guardião, assemelhando-se às acrópoles gregas, que se localizavam no alto de uma colina. Este edifício, por sua

imponência, traduz uma riqueza de sensibilidade, de intuição, e até mesmo de poesia e que se somam às regras racionais da edificação. Apresenta em sua fachada, semelhança com o Palácio de Queluz, construído em 1747, última morada de Dom João VI antes de sua vinda para o Brasil. (Figuras 7 e 8)



Figura 7: Palácio de Queluz. Portugal.
Fonte: Oficina de Turismo de Lisboa -1997

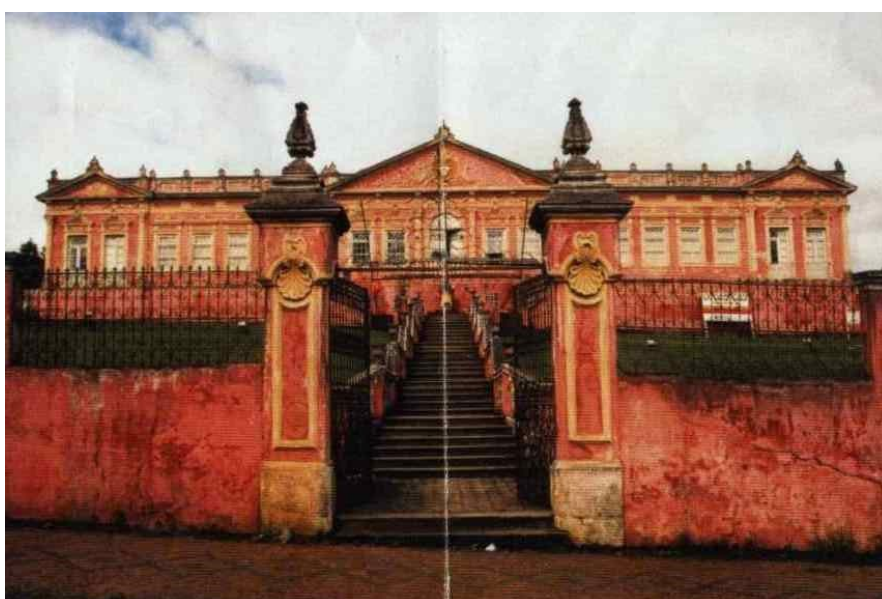


Figura 8: Fachada do Edifício da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé.
Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.

O Palácio de Queluz, imagem marcante do gosto de uma época, valorizava a teatralidade, a aparência e a necessidade de espaços amplos, foi algumas vezes comparado ao Palácio de Versalhes, pelos jardins palacianos povoados de fontes e estatuárias barrocas. O edifício da Beneficência de Bagé, remete a arquitetura palaciana. Além do grande jardim de entrada, apresenta lances de escadas, em diferentes direções, onde dois lances se voltam para os jardins e outros dois para a parte superior, evi-

denciando uma sutil manifestação de movimentação, análoga às escadarias maneiristas do século XVI.

No frontão central da edificação, ornamentos apresentam uma réplica do escudo presente na bandeira de Portugal, emoldurado por dragões que conferem o sentido de poder e soberania à Sociedade Portuguesa fundadora da Associação. (Figura 9)



Figura 9: Frontão do Edifício da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé.
Fonte: Foto de Larissa Patron Chaves.

Para uma maior evidência das referências arquitetônicas, que acabam sendo mais um dos traços das representações cruzadas que entrelaçam Brasil e Portugal, destacam-se as caixas murais e fachadas da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro, fundada em 1840 e o Hospital São José, de Fafe, inaugurado em 1863. Cabe destacar que as referidas edificações parecem tratar de modelos de representação, reforçando elementos de uma identidade portuguesa e suas conexões com o mundo. Identificação que ultrapassa o período expansionista ibérico, mas que rememora e projeta tal intenção, fazendo referência, tão quanto em Fafe, a lugares de memória. (Figuras 10 e 11)



Figura 10: Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro.
Fonte: Flickr. Disponível em: [flickr.com/photos/christiansisson/](https://www.flickr.com/photos/christiansisson/). Acessado em: 31/05/2021.



Figura 11: Hospital São José. Fafe/Portugal.
Fonte: Foto de Artur Coimbra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno migratório que movimentou as águas do Oceano Atlântico entre o Velho e o Novo Mundo – entre Portugal e Brasil – teve seu ápice na segunda metade do século XIX e início do XX.

Portugal sofria com a sobre população nos centros urbanos em decorrência de uma política econômica que favorecia certo crescimento capital ao país, mas chegava por vezes, a destituir algumas famílias de suas pequenas propriedades rurais. A emigração era, então, estimulada tornando-se comum entre as famílias de pequenos produtores a prática de eleger um dos filhos para emigrar, outro para herdar a propriedade, enquanto os demais filhos eram incentivados a vida eclesiástica.

No Brasil, especialmente logo após a abolição da escravatura, emerge o interesse pela imigração europeia, com favorecimentos políticos/sociais. Interesses econômicos e ideológicos, como o “branqueamento da raça” possibilitaram a entrada desses estrangeiros que passaram a se beneficiar das boas condições de trabalho, sobretudo na área comercial. O Brasil fixava sua imagem de um país exuberante, revestido de uma roupagem exótica e atraente, onde se fazia dinheiro com facilidade – a verdadeira *árvore das patacas*. Em um dado momento eram eleitos para migrar para o Brasil, rapazes portugueses de boa aparência e com certo nível de instrução – deveriam ser alfabetizados e saber as quatro operações matemáticas básicas. Eram assim encaminhados a famílias selecionadas para, até mesmo, enlacs matrimoniais vantajosos para ambos os lados. Para essa intermediação era comum a presença de um caixeiro viajante, que também se beneficiava com este ofício.

O ir e vir dos viajantes proporcionou um contínuo e intenso fluxo de culturas e riquezas, formadoras de novas identidades, e geradoras de memórias. No entrecruzamento das relações transoceânicas, a identidade lusitana, primeiramente bem aceita pela sociedade brasileira cheia de interesses, passou a ser repudiada quando os imigrantes, uma vez endinheirados com as benesses do

país tropical, voltaram para Portugal levando consigo dinheiro, esposa, e filhos brasileiros. Permanecendo no Brasil “os engajados” – jovens portugueses de qualidade inferior aos primeiros selecionados – que acabaram a margem da sociedade burguesa da época.

Em Portugal, o retorno dos bem-aventurados emigrantes, determinou o surgimento de uma nova identidade cultural – luso brasileira – com peculiaridades de exposição de muitos signos de referência ao Brasil. Ao seletivo grupo foi dada a alcunha de *brasileiros de torna-viagens*.

A presença dos *brasileiros* nos pequenos Concelhos lusitanos de suas origens povoou os imaginários de uma sociedade parada no tempo, levou progresso citadino para essas localidades, e modificou a paisagem do norte de Portugal com suas edificações apalaçadas de uma arquitetura singular *ao gosto brasileiro*.

As *casas de brasileiros*, ou *casas brasileiras*, foram o maior artifício de representação usado pelos *torna-viagens*. A força de sua expressão é perpetuada e salvaguardada como patrimônio cultural, tendo como maior repositório de exemplares a cidade minhota de Fafe – “capital da *arquitetura brasileira*” – considerando sua presença significativa também na cidade do Porto.

A arquitetura praticada pelos *torna-viagens* em Portugal, aos moldes do casario dos principais centros urbanos do Brasil, era acrescida de detalhes que se fizeram signos de referência a terra de sua adoção. Certas características atestam essa singularidade como o uso de palmeiras tropicais em seus jardins, a presença dos avarandados, e a azulejaria de algumas fachadas com paleta de cores alusivas à Bandeira Nacional brasileira.

As casas de moradia obedeciam ao padrão de representação social, servindo aos anseios exibicionistas de seus proprietários, atravessando os tempos na conseqüente evolução do que foram os padrões hierárquicos da sociedade de corte.

Os distintos edifícios não se restringiam às moradias dos novos ricos retornados, também foram erigidos para abrigar as casas bancárias e as instituições filantrópicas como os hospitais e as escolas.

Os edifícios institucionais se destacavam pelas inovações construtivas e de infraestrutura urbana. No Brasil e em Portugal eram erguidos prédios de inspiração eclética, exibindo tamanha similaridade, que ajudou a reforçar a identidade luso brasileira desejada, aqui e lá. Como é o caso das Sociedades Portuguesas de Beneficências, de fachadas quase idênticas no Brasil e em Portugal. As criações dessas instituições, assim como as Casas de Misericórdia, ainda que salvaguardando os propósitos das associações hospitalares privadas e das casas de assistencialismo – que distinguem uma e outra – refletem os interesses lusos de favorecer determinados grupos e poderes elitários.

A distinção de grupos sociais é atestada também através dos hábitos, do linguajar, dos sotaques, das vestimentas, e dos casamentos oportunos. A produção de uma arquitetura rica em adornos vindos das ordens classicistas gregas, com o uso de frontões, cornijas, vergas e sobrevergas, platabandas ornamentadas, brasões, monogramas, estatuária em faiança, claraboias, porões altos, gradis, entre outros elementos pertinentes a linguagem do ecletismo historicista, constitui em repertório de referências de um lado e outro do Atlântico que permeiam as memórias, contribuem com a formação de novas identidades e afirmação das identidades que não querem se perder no tempo.

Grupos seletos sempre estiveram presentes entre as relações sociais. A aspiração e pertença às classes dominantes instigam a que se produza muitos símbolos de afirmação. Esses artifícios podem ser concretos e/ou imateriais. Enquanto produção de um legado material, o patrimônio edificado mantém viva a história da arquitetura, e perpassando por ela, revela a trajetória de muitos desses grupos.

Os edifícios erguidos por brasileiros, *brasileiros de torna-viagens*, e portugueses, dos dois lados do Atlântico, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, reforçam as identidades luso brasileiras – propositadas ou enraizadas – mesclando referências daqui e da lá, e marcando as paisagens e as memórias de Brasil e Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflexions on the Origin and Spread of Nationalist**. London e NY: Verso, 1991. Revisit edition.
- BENÉVOLO, Leonardo. **Introción a la arquitectura. Madrid**: Ceselste Ediciones, 1992. p. 20.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CHAVES, Larissa Patron. **Honremos a Pátria Senhores! As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro (1854-1910)**. Porto Alegre: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História. Tese. 2008.
- COIMBRA, Artur Ferreira. **Fafe: A Terra e a Memória**. Fafe: Converso, 2016, pp. 186-202.
- COIMBRA, Artur Ferreira. **Fafe, meu amor**. Textos e imagens sobre o Concelho. Fafe: Núcleo de Artes e Letras de Fafe, 2017.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo**. Trad. Andréa de Menezes et. al. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LEMOS, Carlos. **Cozinhas e etc**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MACHADO, Igor José de Renó. O “brasileiro de torna-viagens” e o lugar do Brasil em Portugal. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Nº 35, p. 47-67, jan/jun, 2005.
- MOYSÉS. Tatiana de Fátima Alves. **Entre Portugal e a “Árvores das Patacas”**: os percursos do brasileiro torna-viagem na ficção camiliana. Porto Alegre: Nau Literária, 2014.
- NORA, Pierre. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Montevideo: Ed. Trilce, 2008.
- POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Ecletismo na fronteira meridional do Brasil: 1870-1931**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Área de Conservação e Restauro) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Ecletismo em Pelotas: 1870-1931**. Pelotas: Ed. UFPel, 2014.
- SERRÃO, Joel. **Dicionário da história de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984. Volume V. pp (256, 257, 258).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Documentos para a história da Imigração portuguesa no Brasil (1850-1938)**. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.
- TAVARES, Andrea Caroliny da Costa. **Para onde foram as Patacas? Patrimônio de portugueses na Amazônia (Belém, 1840-1909)**. Belém. PA. UFPA. Resgate – Ver. Interdiscip. Cult., Campinas, v. 25, n2 [34], p. 145-166, jul/dez, 2017.